

Caderno de Questões



Tribunal Regional do Trabalho
1ª Região - Rio de Janeiro - 2003

Prova para a Área:

TARDE

Realização:



Fundação
Euclides da Cunha
de Apoio Institucional à UFF

A02 - Judiciária

Atenção

Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 10 questões de Direito do Trabalho - de 01 a 10;
- 10 questões de Direito Processual do Trabalho - de 11 a 20;
- 05 questões de Direito Processual Civil - de 21 a 25;
- 06 questões de Direito Constitucional - de 26 a 31;
- 06 questões de Direito Administrativo - de 32 a 37;
- 05 questões de Direito Civil - de 38 a 42;
- 12 questões de Língua Portuguesa - de 43 a 54;
- 06 questões de Matemática - de 55 a 60;
- Tema de Redação.

Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Saída dos candidatos da sala: após 1 hora do início.

Liberação do Caderno de Questões: quando faltar 1 hora para o término da prova, (Edital, item 6.13).

Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação exclusiva do candidato.

Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de equipamentos eletrônicos.

Em cada questão só há uma opção correta de resposta, portanto evite rasurar seu Cartão de Respostas, pois em hipótese alguma ele será substituído.

Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Respostas; apenas confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assine no local indicado. É obrigatória sua assinatura no Cartão de Respostas.

O gabarito desta prova estará disponível nos locais de divulgação e no site www.fundec.org.br, a partir de 03/06/03.

Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes no item 9 do Edital.

BOA SORTE

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIREITO DO TRABALHO

01) Nos exatos termos do Decreto-Lei 368/68, considera-se mora contumaz:

- A) o pagamento dos salários efetuados, reiteradamente, através de cheque;
- B) o atraso de pagamento dos salários por período igual ou superior a seis meses, sem motivo de força maior;
- C) o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento;
- D) o pagamento dos salários efetuados, reiteradamente, após o 5º dia útil, no mês subsequente ao do vencimento;
- E) o retardamento na aplicação de sanções disciplinares.

02) Afastamento de empregado por mais de 40 dias, por motivo de doença, importa em:

- A) interrupção seguida de suspensão do contrato de trabalho;
- B) falta justificadora de dispensa por abandono de emprego;
- C) suspensão seguida de interrupção do contrato de trabalho;
- D) não pagamento de salário pelo empregador durante os primeiros quinze dias não trabalhados;
- E) dispensa por justa causa.

03) Leia atentamente as afirmativas abaixo referentes ao instituto do aviso prévio.

- I- O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- II- Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do Art. 481 da CLT (cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado).
- III- O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido pela metade, sem prejuízo do salário integral.
- IV- O empregado pode, sempre, renunciar ao direito ao aviso prévio.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- A) todas estão incorretas;
- B) I, II e III estão corretas;
- C) I e IV estão incorretas;
- D) somente IV está incorreta;
- E) I e II estão corretas.

04) Sobre a estabilidade de dirigente e representante sindical, pode se dizer que:

- A) não gozam de estabilidade;
- B) possuem estabilidade a partir do momento de registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da lei;
- C) gozam de garantia de emprego somente se houver previsão para tanto em acordo ou convenção coletiva;
- D) possuem estabilidade a partir do registro da candidatura, desde que haja publicação em jornal de grande circulação;
- E) não gozam de estabilidade, a não ser que já tenham completado pelo menos 10 anos de serviço.

05) Adicional de insalubridade de empregado que percebe o piso salarial da categoria, mais comissões, é devido sobre o valor:

- A) da remuneração;
- B) do piso salarial da categoria;
- C) das comissões;
- D) do piso salarial acrescido das comissões;
- E) do salário-mínimo.

06) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, está correta a afirmação:

- A) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é sempre ilegal;
- B) a contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional;
- C) o inadimplemento das obrigações, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador de serviços;
- D) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto aos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações Públicas e das Sociedades de Economia Mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial;
- E) não há que se cogitar em responsabilidade subsidiária muito menos em responsabilidade solidária nas hipóteses legais de terceirização de serviços.

07) A Constituição da República Federativa do Brasil garante aos trabalhadores domésticos:

- A) salário-família para seus dependentes;
- B) remuneração de trabalho noturno superior à do diurno;
- C) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- D) de duração normal do trabalho não superior a 44 horas semanais;
- E) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei.

08) Intermediação do próprio sindicato do trabalhador ou de um órgão específico na colocação mão-de-obra corresponde a uma das características inerentes ao trabalhador:

- A) em domicílio;
- B) autônomo;
- C) avulso;
- D) rural;
- E) temporário.

09) Empregado eleito para ocupar cargo de diretor de empresa, em especial de sociedade anônima, tem o respectivo contrato de trabalho:

- A) suspenso;
- B) interrompido;
- C) extinto;
- D) anulado;
- E) revogado.

10) Segundo a CLT, os ajustes celebrados entre o sindicato dos trabalhadores e uma ou mais empresas denominam-se:

- A) contratos individuais;
- B) acordos coletivos;
- C) convenções coletivas;
- D) pactos trabalhistas;
- E) termos de ajuste de conduta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

11) Órgão do Poder Judiciário competente para o processamento das questões relativas a acidentes de trabalho:

- A) Varas do Trabalho;
- B) Tribunais Regionais do Trabalho;
- C) Justiça Ordinária Estadual;
- D) Justiça Federal;
- E) Tribunais Regionais Federais.

12) Trabalhador que, embora não seja considerado empregado, pode reclamar na Justiça do Trabalho:

- A) profissional liberal;
- B) servidor público estatutário;
- C) autônomo;
- D) representante comercial;
- E) empregado operário ou artífice.

13) De decisão interlocutória que manda realizar perícia contábil em processo de liquidação de sentença na Justiça do Trabalho cabe:

- A) nenhum recurso de imediato;
- B) agravo de petição;
- C) embargos à execução;
- D) apelação;
- E) embargos infringentes.

14) Empregado estável é afastado para fins de propositura de inquérito visando sua dispensa por justa causa. O prazo máximo para a necessária ação ser interposta é de:

- A) 10 dias;
- B) 60 dias;
- C) 120 dias;
- D) 30 dias;
- E) 8 dias.

15) Examine as assertivas abaixo.

- I - Compete à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no Art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- II - Os entes de direito público externo e de administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União não podem, em hipótese alguma, figurar no pólo passivo, em reclamatória trabalhista.
- III - Os Tribunais Regionais do Trabalho são verdadeiras cortes de apelação. Têm, contudo, competência originária nos dissídios coletivos nos limites de jurisdição dos respectivos Tribunais.
- IV - O Tribunal Superior do Trabalho é o órgão supremo da Justiça do Trabalho. Cabe-lhe, em grau de recurso, rever as decisões dos Tribunais Regionais, decidindo originariamente os dissídios coletivos que extravasem os limites de jurisdição desses tribunais.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) III e IV estão corretas;
- B) I, III e IV estão corretas;
- C) II e III estão corretas;
- D) todas estão corretas;
- E) I e IV estão corretas.

16) Relativamente à competência territorial (*Ratione Loci*) está INCORRETO dizer que:

- A) a ação trabalhista, seja de iniciativa do empregado, seja do empregador, deve ser proposta, em regra, na Vara do Trabalho da localidade onde o empregado presta serviços, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro;
- B) na eventualidade de o empregado ser admitido numa localidade (onde necessariamente o empregador desenvolva atividades) para prestar serviços em outra, poderá ele optar por uma ou outra, ou seja, propor a ação no local da contratação, ou no local da prestação de serviços;
- C) regramento especial voltado para o agente ou viajante comercial determina que este somente pode reclamar perante a Vara do Trabalho da localidade em que a empresa possua agência ou filial;
- D) no Direito do Trabalho inexistente o chamado foro de eleição ou contratual, assim chamado aquele que as partes, livremente, escolhem para a propositura das ações oriundas de direitos e obrigações;
- E) a incompetência de foro (*ratione loci*) é relativa e, por isso, deve, necessariamente, ser argüida pela parte interessada, sob pena de prorrogação de competência territorial.

17) No processo de trabalho, com o manifesto propósito de facilitar a prestação jurisdicional ao trabalhador, adotou o legislador critério diverso do Código de Processo Civil, acolhendo o chamado *jus postulandi*. Tendo em mira este instituto, é correto dizer que ele alcança:

- A) somente o empregado;
- B) somente o empregador;
- C) terceiros alheios à demanda, que venham a sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial;
- D) o empregado e o empregador;
- E) o empregado e terceiros alheios à demanda, que venham a sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial.

18) Consoante jurisprudência sumulada do TST:

- I - quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir;
- II - ensejam recursos de revista ou de embargos decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;
- III - não se conhece de prescrição não argüida na instância ordinária;
- IV - inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.

Sobre os itens acima, pode-se dizer que estão corretos:

- A) I, II e III;
- B) I, II, III e IV;
- C) II e IV;
- D) I, III e IV;
- E) II, III e IV.

19) As ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas conforme as regras do CPC, salvo quanto:

- A) aos requisitos essenciais à inicial;
- B) ao prazo para propor a rescisória;
- C) ao prazo para responder aos termos da ação;
- D) à instrução;
- E) à exigência do depósito.

20) Tratando-se de grupo econômico, a execução pode ser dirigida:

- A) contra todas as empresas do grupo que participaram da relação processual e constem no título como devedores;
- B) somente à contratante, pois não há que se cogitar, *in casu*, em responsabilidade solidária;
- C) contra a empresa com maior capital, ainda que não haja participado da relação jurídico-processual;
- D) contra a empresa solvente, uma vez que aqueles com título protestado não são passíveis de execução;
- E) jamais contra a empresa insolvente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - O recurso adesivo não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- II - O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- III - Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda que decididas.
- IV - O agravo retido independe de preparo.
- V - A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) I, II e III estão corretas;
- B) I, IV e V estão corretas;
- C) II, III e V estão corretas;
- D) III, IV e V estão corretas;
- E) II, III e IV estão corretas.

22) Dentre as afirmações abaixo a única correta é:

- A) não é permitida a cumulação num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles não haja conexão;
- B) oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 10 (dez) dias;
- C) depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações;
- D) não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem;
- E) uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes e a mesma causa de pedir.

23) Admitir-se-á Ação Rescisória contra decisão:

- A) que se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais à época do julgamento, ofendendo literal disposição de lei;
- B) proferida por juiz suspeito;
- C) transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos;
- D) proferida por juiz relativamente incompetente;
- E) que defere a remição de bens.

24) Proposta exceção de incompetência, será ouvido o excepto no prazo de:

- A) 10 dias;
- B) 15 dias;
- C) 05 dias;
- D) 20 dias;
- E) 08 dias.

25) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Na execução para entrega de coisa certa, uma vez depositada a coisa, o exeqüente não poderá levantá-la antes do julgamento dos embargos.
- II - Na execução para entrega de coisa certa, o juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, cujo valor poderá ser alterado caso se revele insuficiente ou excessivo.

III - Na execução das obrigações de fazer, se o fato puder ser prestado por terceiros, é lícito ao juiz, de ofício ou a requerimento do credor, decidir que aquele o realize à custa do devedor.

IV - Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 30 (trinta) dias.

V - Na execução para entrega de coisa, é vedado ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) I, III e IV estão corretas;
- B) I, II e V estão corretas;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) II, III e V estão corretas;
- E) I, II e IV estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26) A Emenda Constitucional número 32, de 11 de setembro de 2001, promoveu uma série de modificações no texto constitucional, no que se refere às medidas provisórias. Com base nas normas constitucionais, é correto afirmar que:

- A) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal;
- B) as medidas provisórias somente terão força de lei após serem convertidas em lei no prazo de sessenta dias da edição, admitida a prorrogação uma vez por igual período;
- C) se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional;
- D) as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação;
- E) é vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada.

27) Se o Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função de controle externo da atividade financeira do Estado, verificar alguma ilegalidade na prática de determinado ato, em órgão ou entidade do Poder Executivo, poderá fixar prazo para as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso as providências solicitadas não sejam atendidas, o TCU poderá adotar a seguinte medida:

- A) submeter o órgão ou entidade a rigorosa fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- B) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- C) fixar novo prazo para as providências necessárias, se autorizado pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas;
- D) determinar ao Congresso Nacional que tome as providências cabíveis;
- E) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros públicos.

28) O cidadão pode promover a defesa do meio ambiente em juízo através:

- A) da ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- B) da propositura da ação civil pública, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- C) do mandado de injunção, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- D) da ação popular, sendo ressarcido pelas custas judiciais caso ocorra o ônus da sucumbência;
- E) da propositura da ação civil pública, após o inquérito civil e o termo de ajuste de conduta.

29) Para o exercício do Poder Constituinte derivado, o texto constitucional prevê:

- A) a elaboração de leis complementares à Constituição, exigindo a sua aprovação por maioria absoluta e promulgação pelo Presidente da República;
- B) a elaboração de emendas à Constituição, exigindo a sua aprovação por maioria absoluta e promulgação pelo Presidente da República;
- C) a elaboração de leis complementares à Constituição, cuja proposta deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, e para a qual inexistente sanção, sendo sua promulgação efetivada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem;
- D) a elaboração de emenda à Constituição, cuja proposta será aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional, sendo posteriormente sancionada e promulgada pelo Presidente da República;
- E) a elaboração de emendas à Constituição, cuja proposta deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, e para a qual inexistente sanção, sendo sua promulgação efetivada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

30) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- A) partido político com representação na Assembléia Legislativa;
- B) qualquer cidadão em defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural;
- C) qualquer indivíduo em defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural;
- D) organização sindical, em defesa dos interesses de seus membros;
- E) qualquer associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros.

31) Referentemente ao Sistema Tributário Nacional, compete à União instituir imposto sobre:

- A) grandes fortunas, nos termos de lei complementar;
- B) propriedade territorial rural e urbana;
- C) transmissão *causa mortis*;
- D) transmissão *inter vivos*;
- E) serviços de qualquer natureza.

DIREITO ADMINISTRATIVO

32) Acerca do Direito Administrativo no mundo jurídico e da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) a despeito de disciplinar atividade eminentemente formal, o Direito Administrativo admite o costume como fonte, embora com restrições;
- B) os órgãos públicos possuem personalidade jurídica e vontade própria;
- C) por força do princípio da legalidade, apenas a Constituição e a lei ordinária podem ser consideradas fontes formais do Direito Administrativo;
- D) em face do princípio da isonomia, a administração e o administrado, na interpretação do Direito Administrativo, devem considerar-se sempre em pé de igualdade;
- E) o Direito Administrativo insere-se na órbita do Direito Público, razão por que não se lhe aplicam, em hipótese alguma, normas do Direito Privado.

33) Entre os poderes da Administração, NÃO se pode relacionar:

- A) o poder normativo-regulamentar, exercido privativamente pelo Chefe do Poder Executivo, que consiste na regulamentação das leis por meio da expedição de decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- B) o poder normativo-interno, decorrente da relação hierárquica, o qual consiste na expedição de atos normativos, como resoluções, portarias e instruções, com o objetivo de ordenar a atuação dos órgãos subordinados;
- C) o poder hierárquico de avocar atribuições, desde que estas não sejam da competência exclusiva do órgão subordinado;
- D) o poder normativo do Chefe do Poder Executivo para a regulamentação das leis, por meio da expedição de decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- E) o poder normativo-autônomo, exercido privativamente pelo Chefe do Poder Executivo consistindo na expedição de decretos autônomos sobre matéria de sua competência, ainda não disciplinada por lei.

34) Caso o agente público explicita a motivação de um ato administrativo discricionário, como por exemplo, a destituição de servidor ocupante de cargo de confiança, os motivos:

- A) passarão a ser determinantes no exame de validade e eficácia do ato pelo poder judiciário, vinculando a administração aos motivos declarados no ato;
- B) vinculam o ato somente quanto à declaração e extinção dos fundamentos de fato e de direito;
- C) determinam a vinculação somente quanto aos fundamentos de direito;
- D) não vinculam o ato, seja em relação aos fundamentos de fato ou de direito;
- E) vinculam o ato somente quanto à exposição dos fundamentos de fato.

35) NÃO é hipótese de acumulação de cargo público, admitido pela Constituição Federal, quando houver compatibilidade de horário, a hipótese de:

- A) servidor eleito vereador, que poderá exercer simultaneamente o cargo, emprego ou função com o mandato, fazendo jus às vantagens do cargo, emprego ou função e à remuneração do cargo eletivo;
- B) dois cargos de professor;
- C) um cargo de professor com outro privativo de médico não técnico;
- D) dois cargos privativos de médico;
- E) um cargo de professor com outro privativo de médico.

36) Francisco de Assis Aguiar Alves, servidor público, foi absolvido em um processo criminal por falta de provas. Relativamente ao mesmo fato ilícito:

- A) terá sua responsabilidade automaticamente excluída da esfera cível e administrativa;
- B) terá sua responsabilidade automaticamente excluída da esfera cível, mas poderá ser responsabilizado na esfera administrativa;
- C) poderá ser responsabilizado tanto na esfera cível como na administrativa;
- D) terá sua responsabilidade automaticamente excluída da esfera administrativa, mas poderá ser responsabilizado na esfera cível;
- E) poderá convalidá-lo, eximindo-se assim por seus efeitos *ex tunc*, não respondendo judicialmente.

37) Alguns servidores do STJ encaminharam denúncia à direção administrativa do Tribunal, por meio da qual afirmavam serem vítimas de Homero Silva, também servidor do STJ, pela prática de crime de usura. Informaram que Homero Silva lhes teria emprestado quantias em dinheiro mediante a cobrança de juros de 20% ao mês, acrescentando que, embora já tivessem pago mais do dobro da quantia inicialmente emprestada, o débito ainda estaria em montante elevado. Sustentaram que estariam sofrendo constantes ameaças por parte de Homero Silva, a quem teriam dado em garantia notas promissórias e cheques assinados, mas sem o preenchimento de valores e datas. Informaram ainda que Homero Silva era diariamente procurado em sua seção por servidores do Tribunal que necessitavam de empréstimo, sendo de notório conhecimento a prática de agiotagem por parte daquele servidor. Com base na situação fática apresentada, é correto dizer que:

- A) Homero Silva, sendo ocupante de cargo efetivo, poderá ser exonerado em decorrência de sua conduta ilícita; todavia, se for ocupante de cargo comissionado, sem vínculo efetivo, não responderá a processo disciplinar, devendo a direção do STJ limitar-se a comunicar a conduta do servidor à autoridade que o indicou para a função de confiança;
- B) a sanção administrativa aplicável a Homero Silva deverá ser imposta pela autoridade competente após a apresentação das conclusões da sindicância para a apuração dos fatos, que deverá ser conduzida por três servidores estáveis;
- C) o inquérito administrativo, como fase do processo disciplinar, será conduzido consoante os princípios que norteiam o inquérito na esfera criminal; assim, a apuração dos fatos, nessa fase, não será presidida pelo princípio do contraditório, mas sim consoante o princípio inquisitório;
- D) as sanções civis, administrativas e penais que podem ser impostas a Homero Silva são independentes, podendo cumular-se; todavia, a absolvição criminal em decorrência da falta de provas ensejará a absolvição na esfera administrativa ou a revisão do processo caso a penalidade já tenha sido imposta;
- E) instaurado o processo disciplinar, Homero Silva não poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, antes do respectivo julgamento.

DIREITO CIVIL

38) Dentre os defeitos do negócio jurídico, pode-se citar:

- A) o objeto ilícito;
- B) a condição;
- C) o erro substancial;
- D) a incapacidade do agente;
- E) o encargo.

39) É correto afirmar que:

- A) a aceitação do mandato deve ser expressa;
- B) quando o mandato contiver a cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagar as perdas e danos;
- C) é vedado ao mandatário reter a coisa de que tenha a posse em virtude do mandato;
- D) o mandato presume-se oneroso, quando não houver estipulação em contrário;
- E) o mandatário poderá compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.

40) Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar que:

- A) o prazo prescricional é estabelecido por lei ou por vontade das partes, o prazo decadencial somente é estabelecido por lei;
- B) a decadência e a prescrição são conhecidas de ofício pelo magistrado;
- C) a decadência e a prescrição são renunciáveis;
- D) a decadência não corre contra os ausentes;
- E) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

41) Leia atentamente as assertivas abaixo acerca das obrigações solidárias.

- I- A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários estender-se-á a todos.
- II- O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais.

III - O pagamento feito a um dos credores solidários extingue inteiramente a dívida.

IV - A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

V - Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- A) I, II e III;
- B) II, IV e V;
- C) I, III e IV;
- D) II, III e IV;
- E) III, IV e V.

42) Leia atentamente as assertivas abaixo.

I - É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

II - Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

III - É nula a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes.

IV - O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

V - Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

- A) I, III e V;
- B) III, IV e V;
- C) II, III e V;
- D) I, IV e V;
- E) I, II e III.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões a seguir.

A análise da genealogia das famílias dos cortadores de cana, considerando pelo menos três a quatro gerações, demonstra que a reprodução social deste segmento da força de trabalho se orienta por três perspectivas.

05

Uma negativa, fatalista e majoritária, dos que não têm condições de migrar e escolher outros modos de inserção nos mercados de trabalho locais. Expressa-se na reprodução da mesma posição de cortador de cana para homens e mulheres, a estas restando ainda a alternativa do emprego doméstico informal e de baixo valor salarial. Os trabalhadores se submetem a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho, conforme enfrentem período da safra ou da entressafra ou o trabalho no corte de cana e o trabalho de enxada ou de limpa da cana. Nesta variante, o período da entressafra pode representar o tempo de investimento em outras formas de atividades, especialmente a construção civil. Um outro itinerário, derivante da manutenção no sistema de trabalho estruturado em torno da cultura da cana, valorizado segundo referências internas a este sistema, mas cada vez mais restrito, sustenta-se no reconhecimento do vínculo empregatício formal com as usinas ou fornecedores de cana, com acesso aos direitos trabalhistas e ao amparo na velhice através da aposentadoria.

15

derivante da manutenção no sistema de trabalho estruturado em torno da cultura da cana, valorizado segundo referências internas a este sistema, mas cada vez mais restrito, sustenta-se no reconhecimento do vínculo empregatício formal com as usinas ou fornecedores de cana, com acesso aos direitos trabalhistas e ao amparo na velhice através da aposentadoria.

20

Uma positiva, valorizando os percursos considerados de sucesso, assegurados pela migração, especialmente se ela propicia o exercício de uma profissão ou saber-fazer reconhecido. A conquista desta posição expressa-se mais evidentemente na aquisição da casa própria e no trabalho autônomo. Neste percurso, as alternativas mais viáveis para os homens têm sido a inserção na construção civil e, para as mulheres, no emprego doméstico remunerado.

25

Por fim, uma terceira alternativa, amálgama ou combinação das duas primeiras, funda-se na articulação dos mercados de trabalho internos e externos ao sistema de produção da cana-de-açúcar, equilibrando os momentos de baixa e alta demanda de força de trabalho. A situação inversa também pode ser possível, os trabalhadores migrando para se inserir em outros mercados de trabalho e se amparando no processo produtivo da cana, quando as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis.

30

(Adaptado de NEVES, Delma Pessanha. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói, Intertexto, 1999, p. 109.)

35

43) No que tange ao segmento majoritário dos cortadores de cana-de-açúcar, o fatalismo a que se refere o autor aplica-se:

A) de maneira mais acentuada nos homens do que nas mulheres;

B) de modo mais intenso nas mulheres do que nos homens;

C) isonomicamente tanto para as mulheres quanto para os homens;

D) proporcionalmente entre as mulheres e os homens;

E) de forma igualmente intensa tanto para os homens quanto para as mulheres.

44) Com relação à construção civil, este ramo de alocação da mão-de-obra é citado no texto como:

A) forma de captação da mão-de-obra ociosa no setor canavieiro;

B) atividade coercitiva em época de entressafra na cultura de cana-de-açúcar;

C) investimento empresarial mais lucrativo do que o da colheita de cana-de-açúcar;

D) contrapartida ao desemprego no setor da agricultura canavieira;

E) expressão da pujança do emprego em áreas da economia não relacionadas à agroindústria.

45) Dentre as três perspectivas que se apresentam à força de trabalho no setor canavieiro, a denominada positiva só NÃO se caracteriza por:

A) constituição de patrimônio por parte do trabalhador;

B) oferta de postos de trabalho alternativos para o trabalhador;

C) reconhecimento social em face de determinada habilidade para o trabalho;

D) possibilidade de substituição do emprego doméstico pelo trabalho autônomo;

E) relativo sucesso em face do exercício da profissão em área econômica produtiva.

46) No segmento “A conquista desta posição expressa-se mais evidentemente...” (linhas 31-33) o pronome sublinhado também poderia estar expresso em posição proclítica ao verbo, sem que se infringissem as normas gramaticais. Entre os itens abaixo, o único em que o pronome que acompanha o verbo NÃO admite outra colocação é:

A) O empregado, a empresa o contratou para serviços temporários.

B) Os empregados lhe queriam apresentar suas reivindicações salariais.

C) Contratar-se-iam novos trabalhadores, caso a produção aumentasse.

D) A empresa o estava contratando para prestar serviço nos canaviais.

E) O contrato dar-se-ia por força das novas demandas de trabalho.

47) A frase INCORRETA quanto à concordância verbal, de acordo com as normas da língua escrita contemporânea, é:

A) Mais de um sindicato de trabalhadores rurais sugeriu o estado de greve como reivindicação de perdas salariais.

B) Decerto que aos cortadores de cana caberia a procura de alternativas de emprego no período de entressafra.

C) O plantio da cana de açúcar é um dos segmentos da agricultura que mais prospera em nosso país.

D) Poderiam haver dois ou três meses de desemprego entre os períodos de colheita e industrialização da cana.

E) Cerca de sessenta por cento da cana colhida seguem para a produção de açúcar refinado.

48) Os prefixos das palavras entressafra (linha 15) e internacional são sinônimos. Idêntica relação semântica pode ser depreendida entre os prefixos das palavras:

- A) anti-higiênico e suboficial;
- B) co-redator e contra-regra;
- C) arquiinimigo e hiper-humano;
- D) vice-diretor e sobreloja;
- E) ante-histórico e recém-chegado.

49) As palavras três, itinerário e autônomo, presentes no texto, são assinaladas com o acento gráfico em face das mesmas regras que justificam o acento, respectivamente, em:

- A) mês, contrário, caído;
- B) pá, íeis, átimo;
- C) lês, temerário, pôde;
- D) só, mútuo, ímpar;
- E) véu, início, cômodo.

50) Se fosse dada ao trecho "...internos e externos ao sistema de produção da cana-de-açúcar..." (linhas 40-41) a redação "...internos e externos à estrutura de produção da cana-de-açúcar...", haveria necessidade de usar-se o acento indicativo da crase. Nas frases abaixo o acento da crase também foi usado corretamente, EXCETO em:

- A) Decerto que à falta de investimento foram criadas novas formas de alocação da mão-de-obra no campo.
- B) Já não se atribui à inflação a principal causa dos problemas econômicos no campo.
- C) A pauta do Congresso aludia tanto à redução das horas de trabalho no campo quanto à nova sistemática de reajuste do salário mínimo.
- D) Cumpre à Câmara dos Deputados editar leis que regulamentem o trabalho braçal no campo.
- E) Os trabalhadores rurais desempregados viviam à expensas da solidariedade humana.

51) Dentre as mudanças feitas abaixo na oração sublinhada no período "A análise da genealogia das famílias dos cortadores de cana, considerando pelo menos três a quatro gerações, demonstra que a reprodução social deste segmento da força de trabalho se orienta por três perspectivas" (linhas 1-5), aquela em que se alterou o seu sentido original é:

- A) consideradas pelo menos três a quatro gerações;
- B) desde que se considerem pelo menos três a quatro gerações;
- C) quando se consideram pelo menos três a quatro gerações;
- D) caso sejam consideradas pelo menos três a quatro gerações;
- E) por serem consideradas pelo menos três a quatro gerações.

52) Abaixo reescreveu-se a frase "A conquista desta posição expressa-se mais evidentemente na aquisição da casa própria e no trabalho autônomo." (linhas 31-34), dando-se a ela estruturas de correlação. A redação está INADEQUADA em:

- A) A conquista desta posição expressa-se não só na aquisição da casa própria, como também no trabalho autônomo.
- B) A conquista desta posição expressa-se tão somente na aquisição da casa própria, quanto no trabalho autônomo.
- C) A conquista desta posição expressa-se assim na aquisição da casa própria como no trabalho autônomo.

D) A conquista desta posição expressa-se não somente na aquisição da casa própria, mas também no trabalho autônomo.

E) A conquista desta posição expressa-se seja na aquisição da casa própria, seja no trabalho autônomo.

53) Considere a flexão do verbo sublinhado no trecho "Os trabalhadores se submetem a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho..." (linhas 12-14) e, em seguida, analise o mesmo verbo flexionado nas frases abaixo. Pode-se afirmar que o referido verbo está flexionado de forma INCORRETA na opção:

- A) Trabalhador, jamais te submeta a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho.
- B) Trabalhadores, não se submetam a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho.
- C) Não somos trabalhadores que nos submetamos a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho.
- D) Jamais como trabalhador se submetera a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho.
- E) Constantemente submetemo-nos a formas mais ou menos intensas de desvalorização da força de trabalho.

54) Abaixo reescreveu-se a frase "A situação inversa também pode ser possível, os trabalhadores migrando para se inserir em outros mercados de trabalho e se amparando no processo produtivo da cana, quando as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis." (linhas 43-41), alterando-se ora a pontuação, ora alguma forma de construção. Pode-se afirmar que a nova redação apresenta equívoco gramatical em:

- A) A situação inversa também pode ser possível: os trabalhadores migrando para se inserir em outros mercados de trabalho e amparando-se no processo produtivo da cana, quando as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis.
- B) A situação inversa também pode ser possível, os trabalhadores migrando para se inserirem em outros mercados de trabalho e buscando amparo no processo produtivo da cana, quando as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis.
- C) A situação inversa também pode ser possível, os trabalhadores migrando para se inserir em outros mercados de trabalho e se amparando no processo produtivo da cana, sempre que as possibilidades de vínculo nos mercados externos se tornam mais difíceis.
- D) A situação inversa também pode ser possível: os trabalhadores migrando, para que se insiram em outros mercados de trabalho, e se amparando no processo produtivo da cana, no momento em que as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis.
- E) A situação inversa também pode ser possível, os trabalhadores que migram para se inserir em outros mercados de trabalho e onde se amparam no processo produtivo da cana, quando as possibilidades de vinculação nos mercados externos se tornam mais difíceis.

MATEMÁTICA

55) Considerando-se o raio da Terra com medida 6.10^6 m, um satélite que descreve uma órbita circular 400 km acima da superfície terrestre, ao completar uma volta, tem que percorrer uma distância de (considere $\pi = 3,14$):

- A) $31,14 \cdot 10^6$ m;
- B) $20,129 \cdot 10^6$ m;
- C) $62,8 \cdot 10^6$ m;
- D) $40,192 \cdot 10^6$ m;
- E) $14,4 \cdot 10^6$ m.

56) Um advogado que trabalha como consultor de uma empresa especializada em direito societário decidiu aprimorar seus conhecimentos, fazendo um curso de doutorado no exterior. Antes de partir, vendeu seu carro e aplicou o valor recebido a juros compostos de 20% ao ano, durante 24 meses, findos os quais recebeu um montante de R\$ 36.000,00. O carro foi vendido por um valor equivalente a:

- A) R\$ 25.000,00;
- B) R\$ 6.000,00;
- C) R\$ 21.000,00;
- D) R\$ 32.000,00;
- E) R\$ 18.000,00.

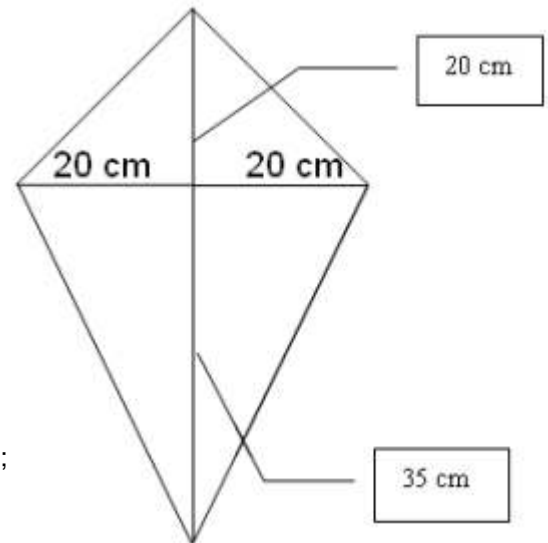
57) Em uma pesquisa feita por um professor em uma faculdade, com 245 alunos do último período de direito, observou-se que: 120 alunos querem atuar na área cível; 150 na área criminal; 80 na área trabalhista; 60 nas áreas cível e criminal; 50 nas áreas criminal e trabalhista; 30 nas áreas trabalhista e cível; e 20 nas três áreas. O número de alunos entrevistados que não querem atuar em nenhuma dessas três áreas é de:

- A) 135;
- B) 295;
- C) 15;
- D) 10;
- E) 45.

58) Uma loja vendia, em promoção, DVD a R\$25,00 e CD a R\$20,00. Quando terminou a promoção, os preços do DVD e do CD sofreram reajustes de 40% e 5%, respectivamente. Um consumidor que desejava comprar 4 discos de DVD e 2 discos de CD, mas que não aproveitou a promoção, terá que pagar a mais:

- A) 40%;
- B) 45%;
- C) 22,5%;
- D) 30%;
- E) 20,5%.

59) Um menino constrói uma pipa utilizando uma vareta de 40cm e outra de 55cm, que são sobrepostas de forma perpendicular, como mostra a figura. A quantidade mínima de papel necessária para “cobrir” tal armação é de:



- A) $9,5\text{m}^2$;
- B) $0,22\text{m}^2$;
- C) $1,1\text{m}^2$;
- D) $2,2\text{m}^2$;
- E) $0,11\text{m}^2$.

60) Em uma repartição, 8 funcionários conseguem despachar 120 processos em 6 dias. Como receberam 225 processos para despachar, acompanhados de pedido de urgência, 2 funcionários de outro setor vieram ajudar os já existentes. Supondo-se que todos mantenham o mesmo ritmo de trabalho, o tempo necessário para eles despacharem esses processos será de:

- A) 10 dias;
- B) 9 dias;
- C) 11 dias;
- D) 12 dias;
- E) 13 dias.

TEMA DE REDAÇÃO PARA O CARGO AO2

No noticiário AFAT Notícias, órgão da Associação Fluminense de Advogados Trabalhistas, foi publicada, na edição de maio / 2003, a seguinte informação: "Está quase pronto no Ministério do Trabalho anteprojeto de lei eliminando cerca de 100 artigos de um total de 922 da CLT." (p. 1).

Esta proposta parece fazer parte do projeto de reforma das leis trabalhistas - reforma defendida por amplos setores da sociedade, sob o argumento de que a legislação trabalhista está superada - que o atual governo pretende enviar ao Congresso Nacional. Redija um texto dissertativo sobre este tema, apresentando com objetividade argumentos acerca de sua posição a favor ou contra o projeto referido.

CONCURSO PÚBLICO - GABARITOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

ANALISTA/JUDICIÁRIA (A02)

(*) = QUESTÃO ANULADA

DIREITO DO TRABALHO

[01-C] [02-A] [03-E] [04-B]

[05-E] [06-D] [07-E] [08-C] [09-A] [10-B]

ANALISTA/JUDICIÁRIA (A02)

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

[11-C] [12-E] [13-A] [14-D]

[15-B] [16-C] [17-D] [18-D] [19-E] [20-A]

ANALISTA/JUDICIÁRIA (A02)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

[21-B] [22-D]

[23-C] [24-A] [25-E]

ANALISTA/JUDICIÁRIA (A02)

DIREITO CONSTITUCIONAL

[26-C] [27-B]

[28-A] [29-E] [30-D] [31-A]

DIREITO ADMINISTRATIVO

[32-*] [33-E]

[34-A] [35-*] [36-C] [37-E]

DIREITO CIVIL

[38-C] [39-B]

[40-E] [41-B] [42-D]

LINGUA PORTUGUESA

[43-A] [44-D] [45-D] [46-C] [47-D] [48-C]

[49-B] [50-E] [51-E] [52-B] [53-A] [54-E]

MATEMATICA

[55-D] [56-A]

[57-C] [58-D] [59-E] [60-B]